

Estado do Rio Grande do Sul

Prefeitura Municipal de Aratiba

Rua Ângelo Emílio Grando, 32, Centro meioambiente@pmaratiba.com.br

LICENÇA DE OPERAÇÃO

L.O. nº 15/2.017 Processo Administrativo nº 1.484/2.017

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo da Prefeitura Municipal de Aratiba, criada pela Lei Municipal n.º 3.305 de 15 de janeiro de 2013 no uso de suas atribuições; conforme Legislação que Habilita o Município para a realização do Licenciamento Ambiental das Atividades de Impacto Local, com base na vistoria a campo e nos autos do processo Administrativo n° 1.484/2.017 protocolado no dia 07/04/2.017 sob n° 1.221/2.017 expede a presente LICENÇA DE OPERAÇÃO abaixo descrita e com as condições e restrições em seguida especificadas:

IDENTIFICAÇÃO:

EMPREENDIMENTO: Criação de suínos - Terminação - com manejo de dejetos líquidos

EMPREENDEDOR: CENO MOHR (CPF N° 274.141.240 - 53) e EDER ANTONIO MOHR (CPF N° 992.778.240 - 34)

Responsáveis Técnicos: Enga Agra Maria A. de A. Lara - CREA/RS 117578, sob ART nº 8579513 - e o Técnico em Agropecuária Henrique Burin - CREA/RS 211786, sob ART nº 8579488.

Fone: (54) 3519 - 0744(Maria A. de A. Lara)

Endereço dos empreendedores e do empreendimento: Linha 1º de Junho - Aratiba (Lote Rural nº 41 registrado

sob matrícula nº 1.164)

Área total da propriedade: 16,0ha

COM AS SEGUINTES CONDIÇÕES E RESTRIÇÕES:

1. Quanto à localização e características das construções (do galpão, das esterqueiras e da composteira):

1.1.Esta licença autoriza a Operação do empreendimento que possui 02(dois) galpões com área total construída de 1.530m2, perfazendo capacidade máxima para alojar 1.000 cabeças, 02(duas) esterqueiras corretamente impermeabilizadas, cercadas e 01(uma) composteira com 04(quatro) células.

Deverão ser mantidos dispositivos de segurança para a proteção contra os vazamentos acidentais para evitar a

contaminação das águas e do solo; 1.3. Os pisos dos galpões, as esterqueiras e a composteiras deverão ser mantidos perfeitamente impermeabilizados para evitar a contaminação do solo e das águas.

2. Quanto ao manejo dos resíduos:

- 2.1. Ficam proibidos os lançamentos de resíduos e/ ou dejetos nos recursos hídricos, mesmo que intermitentes;
- 2.2. Os dejetos e/ou os resíduos orgânicos a serem gerados pela atividade deverão ser destinados para uso agrícola, nas propriedades apresentadas, após um período mínimo de 120 dias de compostagem;

2.3. Operar sempre as esterqueiras com folga técnica volumétrica superior a 20 %;

- 2.4. Homogeneizar sempre o conteúdo das esterqueiras verificando a incorporação final da nata para evitar o assoreamento pela borra depositada no fundo, quando for transportar o material para as áreas agrícolas;
- 2.5. Não queimar ou enterrar o lixo gerado pela atividade de criação devendo este ser destinado ao aterro sanitário e/ou depósito de resíduos sólidos e/ou usina de reciclagem da Prefeitura Municipal, devendo o lixo orgânico ser compostado

2.6. As lagoas de tratamento de resíduos (esterqueiras) deverão ser mantidas cercadas com uma altura mínima de um metro, de modo a evitar acidentes, e, se possível, cobertas;

2.7. As carcaças de animais mortos com peso de até 30kg deverão ser perfurados e compostados em condições de máxima impermeabilização, a fim de evitar a contaminação do lençol freático. Os que pesarem mais de 30 kg deverão ser esquartejados e também compostados em composteira perfeitamente impermeabilizada. Deverão ser misturados em camadas sucessivas, aplicando-se uma camada de material inerte, uma camada de carcaças, material inerte e assim sucessivamente, mantendo sempre a compostagem umedecida e as carcaças em decomposição cobertas. O

Autenticidade - Código: XR221154U684412

Pág:1/3



Estado do Rio Grande do Sul

Prefeitura Municipal de Aratiba

Rua Ângelo Emílio Grando, 32, Centro meioambiente@pmaratiba.com.br

mesmo destino deverá ser dado a outros resíduos de mesma origem que possam vir a ser gerados pela atividade.

3. Quanto às características da área de aplicação:

3.1. Deverão ser utilizados os solos com uma boa drenagem interna e não sujeitos a inundações periódicas;

3.2. O lençol freático deverá estar pelo menos 1,50 metros de profundidade da superfície do solo, na situação crítica de maior precipitação pluviométrica;

3.3. Deverão ser adotadas práticas adequadas de controle da erosão, de acordo com a orientação técnica;

3.4. As áreas agrícolas receptoras dos dejetos estabilizados devem situar-se a uma distância mínima de 100 metros de outros corpos hídricos naturais, mesmo que intermitentes, de habitações vizinhas e das margens das estradas e 300 metros de Escolas, Campos de futebol, Centros comunitários, Núcleos habitacionais ou qualquer outro local que tenha grande circulação pública;

3.5. Os resíduos não estabilizados ("in natura"), em caso de extrema necessidade (emergencialmente), após sua distribuição, deverão ser imediatamente incorporados ao solo, sendo preferencial, entretanto, a aplicação de resíduos

estáveis (após 120 dias de maturação).

3.6. A dosagem de dejetos a ser aplicada no solo deve seguir análise química dos solos interpretada por profissional habilitado e indicada para a cultura que será implantada na área;

4. Quanto às condições da propriedade:

4.1. Conservar as formações vegetais, em torno dos cursos d'água, numa distância de no mínimo 50 metros das nascentes, nas áreas com declividade igual ou superior a 45°, topos de morro ou que apresentem outras restrições relacionadas aos Códigos Florestais, Federal e Estadual;

4.2. Deverão ser respeitadas as nascentes, olhos d'água, banhados, beira de rios, arroios ou sangas, reservatórios artificiais, e demais áreas considerados Áreas de Preservação Permanente - APPs, de acordo com a Legislação

Vigente;

4.3. Deverá ser observada a legislação referente ao manejo de mata nativa, e em caso de supressão de parte da mesma, deverá ser licenciado pelo órgão competente

4.4. Deverão ser adotadas medidas para manter o controle das moscas e outros vetores no entorno e no interior das

instalações;

4.5. É proibida a caça de animais da fauna silvestre, de acordo com a Lei de Crimes Ambientais nº 9.605/98 e Lei nº 11.520/00 – Código Estadual do Meio Ambiente, com exceção das espécies permitidas, nos locais regulamentados e nas épocas autorizadas;

4.6. A utilização de agrotóxicos e/ou medicamentos veterinários na propriedade deverá ser realizada conforme prescreve o Receituário Agronômico e/ou o Receituário Veterinário;

- 4.7. Deverá ser estabelecido um depósito de embalagens de agrotóxicos e/ou produtos veterinários em lugar fresco e coberto;
- 4.8. Não deverá ocorrer a queima de resíduos, embalagens de agrotóxicos e/ou produtos veterinários conforme estabelece a Lei Estadual Nº 9.921/93, art.11. As embalagens de agrotóxicos deverão ser destinadas aos geradores do produto, conforme artigo 6º, parágrafo 5, da Lei 7.802/89, alterada pela Lei 9.974/00;

4.9. Armazenar os medicamentos veterinários sempre em local fresco, limpo, seco e ao abrigo da luz e separados dos agrotóxicos e de outros produtos não medicamentosos, principalmente aqueles com o conteúdo sob pressão;

5. Outros condicionantes e restrições:

5.1. Manter sempre limpas, drenadas e roçadas as áreas do entorno das construções;

5.2. Manter no no entorno do empreendimento valas para escoamento das águas pluviais, de forma e evitar a entrada das mesmas nas estrumeiras.

5.3. Realizar periodicamente manutenção das instalações;

5.4. Deverão ser plantadas e mantidas culturas como por exemplo grama no entorno das construções visando minimizar/conter processos erosivos.

5.5. Realizar, se possível, a implantação de cortinas vegetais nas laterais do galpão, preferencialmente com essências nativas;

ENG. AGR. UNION 162837



Estado do Rio Grande do Sul Prefeitura Municipal de Aratiba

Rua Ângelo Emílio Grando, 32, Centro meioambiente@pmaratiba.com.br

6. DA PUBLICIDADE DESTA LICENÇA:

6.1- O empreendedor deverá afixar em local visível placa de publicidade desta Licença, em tamanho 0,5 x 0,8m dizendo:

GRANJA MOHR

Empreendimento Licenciado pela SMMAT da Prefeitura Municipál de Aratiba L.O. nº 15/2017 válida até 24/04/2.021

7 - Com vistas a renovação da L.O o empreendedor deverá apresentar:

7.1. Requerimento assinado pelo(s) proprietário(s) solicitando a renovação da LO;

7.2. Laudo Técnico assinado por profissional habilitado com ART, dando conta do cumprimento das condições e restrições desta licença, ou se for o caso, justificativa para possível descumprimento de algum item.

7.3. Formulário de Licenciamento Ambiental para suinocultura devidamente preenchido e atualizado;

7.4. Cópia desta licença:

7.5. Comprovante do pagamento dos custos do licenciamento ambiental conforme tabela do Município de Aratiba;

7.6. Negativa de débitos junto a fazenda do(s) requerente(s).

7.7. Informar o técnico responsável pela orientação ao manejo dos animais.

7.8. Relatório fotográfico demonstrando que as esterqueiras estão cercadas e, se possível, cobertas.

7.9. ART do técnico responsável pelo processo de Licenciamento Ambiental, Manejo e Deposição de Dejetos e pela manutenção do sistema com validade mínima de 5,5 anos.

7.10. Área para deposição de dejetos para a totalidade de dejetos gerados no empreendimento, apresentando termo de compromisso atualizado.

7.11. Cópia do CPF e RG do(s) requerentes e matrícula atualizada do imóvel em que estão localizadas as construções.

7.12. Cópia do comprovante de inscrição no CAR.

Observação: Protocolar a solicitação de Renovação desta L. O. no mínimo 60 dias antes de seu vencimento.

Havendo alteração nos atos constitutivos, cópia da mesma deverá ser apresentada, imediatamente, à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo do Município de Aratiba - RS, sob pena do empreendedor acima identificado continuar com a responsabilidade sobre a atividade/empreendimento licenciado por este documento.

Este documento licenciatório perderá sua validade caso os dados fornecidos pelo empreendedor não

correspondam à realidade, algum prazo estabelecido nas condições acima seja descumprido;

Esta licença apenas autoriza a operação do empreendimento em questão e nas condições acima descritas, não dispensando nem substituindo quaisquer alvarás ou certidões de qualquer natureza exigidos pela legislação Federal, Estadual ou Municipal, não exclui outras licenças ambientais, nem autoriza a supressão de qualquer forma vegetal.

A original ou cópia autenticada desta licença deverá estar disponível na Integradora e no local da atividade

licenciada para efeito de fiscalização.

Local e Data de emissão: Aratiba, R.S., 25 de abril de 2.017.

Este documento licenciatório é válido para as condicionantes acima e em condições normais até: 24 de abril de 2021.

ENGO AGRO DINORVAN MIORELLENGO AGR. DINORVALI MIORELLI

CREA/RS 162837

CREA/RS 162837

BIÓLOGA JÉSICA B. BRUNETTO

CRBIO N° 81318

Secretária Adjunta de Agricultura e Meio Ambiente

ICENCIADOR AMBIENTAL